



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI N.º 2.075-B, DE 2003
(Do Sr. Carlos Nader)

Estabelece o Sistema de Bolsa de Estudo para os Policiais Federais, Civis e Militares, os Bombeiros e os Militares Federais; tendo pareceres da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição deste, e dos de nºs 2321/2003, 3006/2004, apensados, e da emenda apresentada na Comissão (relator: DEP. IVAN VALENTE) e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela rejeição deste, e dos de nºs 2321/2003, 3006/2004, apensados (relator: DEP. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO E CULTURA;

RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: PL 2321/03 e 3006/04

III - Na Comissão de Educação e Cultura:

- emenda apresentada na Comissão
- parecer do relator
- parecer da Comissão

IV - Na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional:

- parecer vencedor
- parecer da Comissão
- voto em separado

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Fica instituído no âmbito do Ministério da Educação, o sistema de bolsa de estudo para os policiais federais, civis e militares, os bombeiros militares e os militares federais.

§1º A bolsa de estudo tem por finalidade o prosseguimento e a conclusão dos estudos ou o aperfeiçoamento profissional do beneficiário.

Art.2º Terão direito ao sistema de bolsa de estudo os órfãos dos policiais federais, policiais civis e militares, dos bombeiros e dos militares federais, que falecerem no exercício da função ou em razão dela.

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º O Poder Executivo regulamentará as condições, os requisitos e os percentuais para a concessão da referida bolsa.

JUSTIFICAÇÃO

Estamos assistindo a uma evolução cultural e tecnológica no mundo, que não se admite mais que um integrante da carreira de segurança pública ou militar tenha somente o nível escolar do 1º grau, pois, faz-se necessário um constante aperfeiçoamento do servidor para a melhoria da prestação do serviço público, dando um salto qualitativo no atendimento ao cidadão.

Por isto, é de todo interesse, que os servidores públicos sejam estimulados a prosseguir seus estudos, em áreas condizentes com o tipo de trabalho que desenvolvem, devemos considerar que como o aprimoramento da formação cultural de tais servidores públicos, trará benefícios diretos para a sociedade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 2003.

Deputado CARLOS NADER

PFL/RJ

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 2.075, de 2003, submetido pelo ilustre Deputado Carlos Nader, propõe a instituição, no âmbito do Ministério de Educação, de um sistema de bolsas de estudos para policiais federais, civis e militares, bombeiros e policiais federais, e aos seus filhos em caso de falecimento do titular.

Foi apresentada, pelo ilustre deputado Carlos Eduardo Cadoca, emenda aditiva com o objetivo de incluir os guardas municipais entre os beneficiários referidos.

O Projeto de Lei n.º 2.075 recebeu parecer contrário do ilustre deputado Gilmar Machado, em 2003, o qual não chegou a ser votado em virtude do apensamento de outros dois Projetos de Lei.

Submetido pelo ilustre Deputado Paulo Lima, o Projeto de Lei n.º 3.006/2004 dispõe sobre a destinação de bolsas de estudos a filhos de policiais mortos em serviço.

O Deputado Pastor Reinaldo submeteu o Projeto de Lei n.º 2.321, de 2003, que dispõe sobre o custeio da educação dos filhos dos policiais civis, militares e federais.

Estes dois projetos não receberam emendas.

I - VOTO DO RELATOR

Em seu Parecer, o ilustre Deputado Gilmar Machado destaca a tramitação, ainda em legislatura anterior, do Projeto de Lei n.º 5.015, de 2001, de autoria do Deputado Almeida de Jesus, que recebeu parecer contrário nesta Comissão.

A razão da rejeição naquela oportunidade ainda persiste. Em que pese o mérito social da proposta, ela contém um viés de favoritismo a um grupo de servidores públicos. Na verdade, a garantia de bolsas de estudos a um segmento teria um caráter de salário indireto ou complementação de salário.

Quanto a custear os estudos dos órfãos dos profissionais em questão, objeto de emenda apresentada ao projeto principal, a proposta incorre no mesmo equívoco de privilegiar um determinado setor do funcionalismo público ou seus filhos. Em caso de falecimento do pai, os filhos daqueles servidores públicos têm o amparo da previdência das respectivas corporações.

Ainda que reconheçamos o mérito social dos propósitos de que estão imbuídos os ilustres autores dos três projetos de lei em exame, queremos destacar o caráter universal da educação pública, que deve ser amplo e de boa qualidade para atendimento de toda a população, especialmente de crianças e jovens, independentemente do grupo social a que pertença.

Quanto ao aperfeiçoamento profissional de policiais, de militares ou de bombeiros, é nosso entendimento que este deva ser implementado pelas agências ou instâncias de coordenação daquelas atividades.

Pelo exposto, somos de parecer contrário ao Projeto de Lei n.º 2.075, de 2002, do Deputado Carlos Nader, e da Emenda apresentada, bem assim dos apensados Projeto de Lei n.º 2.321, de 2003, do Deputado Pastor Reinaldo e Projeto de Lei n.º 3.006, de 2004, do Deputado Paulo Lima.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 2004.

Deputado IVAN VALENTE
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 2.075/2003, a Emenda nº1/2003, apresentada na Comissão, eos Projetos de Lei Nºs2321/2003 e 3006/2004, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ivan Valente.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Carlos Abicalil - Presidente, César Bandeira e João Matos - Vice-Presidentes, Átila Lira, Celcita Pinheiro, Chico Alencar, Eduardo Seabra, Gastão Vieira, Iara Bernardi, José Ivo Sartori, Lobbe Neto, Marinha Raupp, Osvaldo Biolchi, Professor Irapuan Teixeira, Rogério Teófilo, Colombo, Eduardo Barbosa, Humberto Michiles, Márcio Reinaldo Moreira, Murilo Zauith, Paulo Rubem Santiago e Vanderlei Assis.

Sala da Comissão, em 6 de outubro de 2004.

Deputado CARLOS ABICALIL
Presidente

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PARECER VENCEDOR

Militares, os Bombeiros e os Militares Federais” (Apensados: PL 2321/3003 e PL 3006/2004), foi despachado pelo Presidente da Casa para apreciação às Comissões de Educação e Cultura, Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Finanças e Tributação e Constituição, Justiça e de Cidadania, de acordo com o art. 54 combinado com o art. 24, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

PL 3006 de 2004, apensados, nos termos do Substitutivo apresentado, na Reunião Deliberativa Ordinária da CREDN realizada no dia 30 de março de 2005.

estudos a um segmento teria um caráter de salário indireto ou complementação de salário, quebrando o princípio da isonomia.

filhos. No caso de falecimento do pai, os filhos daqueles servidores públicos têm o amparo da previdência das respectivas corporações.

e jovens, independentemente do grupo social a que pertença.

responsáveis por estas entidades.

termos da Carta Magna, seria do Chefe do Poder Executivo Federal a iniciativa de projeto de lei com esse teor:

Art. 61.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (grifo nosso)

Lei n.º 3.006, de 2004, apensados.

Sala da Comissão, em 31 de março de 2005.

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

Deputado Federal

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 2.075/2003, o PL 2321/2003, e o PL 3006/2004, apensados, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, contra os votos dos Deputados Jair Bolsonaro e Vieira Reis, cujo parecer passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Aroldo Cedraz - Presidente, Nilson Mourão e João Castelo - Vice-Presidentes, André Costa, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Edison Andrino, Feu Rosa, Francisco Rodrigues, Hamilton Casara, João Paulo Gomes da Silva, Júlio Delgado, Lincoln Portela, Maninha, Marcondes Gadelha, Marcos de Jesus, Medeiros, Pastor Frankembergen, Renildo Calheiros, Terezinha Fernandes, Vadão Gomes, Vieira Reis, Zarattini, Antonio Carlos Mendes Thame, Fernando Gabeira e Jair Bolsonaro.

Plenário Franco Montoro, em 30 de março de 2005.

Deputado AROLDO CEDRAZ
Presidente

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO VIEIRA REIS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.075, de 2003, de iniciativa do nobre Deputado Carlos Nader, propõe a instituição, no âmbito do Ministério de Educação, de um sistema de bolsas de estudos para os militares federais, policiais e bombeiros militares, policiais federais e civis.

Em sua justificação, o Autor esclarece que, diante da evolução cultural e tecnológica pela qual passa o mundo, “não se admite mais que um integrante da carreira de segurança pública ou militar tenha somente o nível escolar do 1º grau, pois faz-se necessário um constante aperfeiçoamento do servidor para a melhoria da prestação do serviço público, dando um salto qualitativo no atendimento ao cidadão”.

Com teor semelhante, estão apensados os Projetos de Lei nºs 2.321, de 2003, e 3.006, de 2004, de iniciativa dos nobres Deputados Pastor Reinaldo e Paulo Lima, respectivamente.

De forma resumida, os PL n^{os} 2.075, de 2003, 2.321, de 2003, e 3.006, de 2004, instituem:

- um sistema de bolsas de estudos para militares federais, policiais e bombeiros militares, policiais civis e federais;
- que a finalidade da bolsa de estudos é o prosseguimento e a conclusão dos estudos ou o aperfeiçoamento do beneficiário;
- que os órfãos do beneficiário que falecer no exercício da função ou em razão dela terão direito ao benefício.

As proposições foram distribuídas à Comissão de Educação e Cultura, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, à Comissão de Finanças e Tributação, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do que dispõem os arts. 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Em 06 de outubro de 2004 as proposições foram apreciadas e rejeitadas na Comissão de Educação e Cultura.

Esgotado o prazo regimental, não houve a apresentação de emendas nesta Comissão Permanente.

É o Relatório.

II - VOTO

O Projeto de Lei nº 2.075/2003 foi distribuído a esta Comissão Permanente por tratar de assunto atinente às Forças Armadas e Auxiliares, nos termos em que dispõe a alínea g do inciso XV, do art. 32, do RICD. Além desta, as outras duas proposições apensadas se enquadram nesse campo temático, por possuírem teor semelhante.

Ao analisarmos a proposição segundo o ponto de vista do campo temático desta Comissão, não há como negar o seu mérito, pois é patente que o estabelecimento de melhores condições para o aperfeiçoamento profissional

dos militares federais, dos servidores das instituições policiais e dos corpos de bombeiros militares redundará em significativa melhoria na qualidade dos serviços prestados à população. Neste sentido, cabe mencionarmos o clamor popular para que haja uma efetiva melhoria nas condições de trabalho que o Estado deve oferecer para essa classe de servidores. Esse benefício, segundo essa ótica, pode ser considerado pequeno se comparado à necessidade que existe para o aperfeiçoamento profissional no campo militar e da segurança pública.

Louvamos a iniciativa dos Nobres Colegas pela sua preocupação com tão significativo tema. No entanto, entendemos que a proposta pode ser aperfeiçoada, motivo pelo qual apresentamos, em nosso substitutivo, o acréscimo de um parágrafo ao art. 1º do PL 2.075/2003, por considerarmos que as Forças Armadas e as polícias federal, civil e militar têm sistemas de ensino e política de recursos humanos específicos, regidos, em alguns casos, por leis próprias. Nesse sentido, buscou-se aperfeiçoar a redação do PL 2.075/03, compatibilizando a destinação das bolsas com a política de pessoal de cada órgão, bem como, vincular o seu aproveitamento aos sistemas de ensino específicos. Dessa forma, essa compatibilização e vinculação atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade e da finalidade.

Em face de tais considerações, e por entendermos que o Projeto de Lei nº 2.075/2003 se constitui em aperfeiçoamento oportuno e conveniente para o ordenamento jurídico federal, somos pela sua APROVAÇÃO e dos apensos, os Projetos de Lei nºs 2.321/2003 e 3.006/2004, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 24 de fevereiro de 2005.

Deputado VIEIRA REIS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 2.075, DE 2003

Estabelece o Sistema de Bolsa de Estudo para os Policiais Federais, Cíveis e Militares, os Bombeiros e os Militares Federais

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Ministério da Educação, o sistema de bolsa de estudo para os policiais federais, civis e militares, os bombeiros militares e os militares federais.

§ 1º A bolsa de estudo tem por finalidade o prosseguimento e a conclusão dos estudos ou o aperfeiçoamento profissional do beneficiário.

§ 2º A destinação e o aproveitamento das bolsas de estudos deverão observar as políticas de recursos humanos e os sistemas de ensino específicos para cada instituição mencionada no caput deste artigo.

Art. 2º Terão direito ao sistema de bolsa de estudo os órfãos dos militares federais, bombeiros militares, policiais federais e policiais civis e militares que falecerem no exercício da função ou em razão dela.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará as condições, os requisitos e os percentuais para a concessão da referida bolsa.

Sala da Comissão, em 24 de fevereiro de 2005.

Deputado VIEIRA REIS

FIM DO DOCUMENTO